



PLANO DE GOVERNO

Diretrizes e Estratégias

P R O P O S T A

do

Candidato a Prefeito

T A R C I Z O F R E I R E

Arapiraca, 2020

APRESENTAÇÃO

O presente **Plano de Governo – Diretrizes e Estratégias** foi formulado pelos candidatos a prefeito, **Tarcizo Freire**, e o Vice-Prefeito, **Nelson Brandão**, e respectiva equipe, como resposta às justas reivindicações de todas as camadas sociais de Arapiraca e com base em conhecimento profundo da realidade da Região.

O documento tem como objetivo específico orientar as discussões técnicas e políticas, no âmbito das lideranças da população e das forças que os apoiam, para a construção de uma cidade que se desenvolverá sem agressões ao meio ambiente e comprometida com a promoção da cidadania e dos direitos humanos. Nesse sentido, as dimensões política, econômica, social e cultural estarão permeadas pelos novos conceitos de sustentabilidade.

Por ser de caráter preliminar, O Plano está sujeito a ajustes, e aberto às sugestões e comentários que visem seu aprimoramento.

PLANO DE GOVERNO - DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS

1 INTRODUÇÃO	04
2 DIRETRIZES GERAIS.....	05
3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	06
4. O SETOR SOCIAL	08
4.1 Educação	08
4.2 Saúde	10
4.3 Assistência Social	14
4.4 Segurança Pública	15
4.5 Esporte e Lazer	16
5. O SETOR PRODUTIVO	
5.1 O Combate à Miséria e ao Desemprego.....	18
5.2 Agricultura	19
5.3 Indústria, Comércio e Turismo	20
6. DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA	
6.1 Desenvolvimento Urbano.....	23
6.2 Saneamento Básico.....	24
6.3 Recuperação e ampliação da Malha Viária	25
7. MEIO AMBIENTE.....	27
8. A ARTICULAÇÃO COM O ESTADO, UNIÃO E ORGANISMOS INTERNACIONAIS	28

1. INTRODUÇÃO

Os lineamentos do Plano de Governo, aqui apresentado, têm como objetivo específico orientar as futuras ações do Novo Governo no enfrentamento da séria crise estrutural em que se encontra o Município de Arapiraca.

Neste contexto, a Proposta foi centrada em duas vertentes básicas. A primeira objetiva ampliar o anteparo social, de forma a permitir uma melhor qualidade de vida para a nossa sofrida população. A segunda, refere-se à apropriação de um espaço inovador, para a melhoria da renda e o combate à miséria e ao desemprego.

Além de sua natureza técnica e relevância socioeconômica, o Plano tem alto significado político, ao sinalizar para a sociedade a disposição dos Candidatos de adotarem um amplo elenco de medidas voltadas para a melhoria das condições de vida da população do Município, estimulando e promovendo o desenvolvimento econômico, ampliando e melhorando os serviços públicos essenciais.

O Plano está estruturado em Diretrizes, Setores Administrativos, Social e Produtivo e Infraestrutura que são apresentadas a seguir.

2. DIRETRIZES GERAIS

As diretrizes, aqui fixadas, emergem da tradução dos anseios da comunidade, por uma ação governamental, efetivamente, voltada para o atendimento de suas necessidades sociais.

Assim, são Diretrizes Gerais deste Plano:

-  A recuperação econômica do Município;
-  A melhoria da qualidade de vida da população;
-  A melhoria dos serviços públicos; e
-  O fortalecimento da transparência pública.

No marco destas Diretrizes, a proposta formulada a seguir, expressa a seriedade e firmeza de propósito que os Candidatos encaram o desafio de resgatar a esperança do injustiçado povo de Arapiraca de uma vida digna – que somente se realiza através do trabalho, no esforço do desenvolvimento alavancado.

3. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Uma das atividades de grande relevância contemplada no Plano é a modernização administrativa dos diversos níveis da máquina municipal. Embora constitua uma atividade-meio, e, portanto, não caiba num plano tal como concebido, é pressuposto básico para o sucesso da série de estratégias setoriais aqui formuladas. Receberá, por isso, atenção privilegiada por parte do Novo Governo, consciente da necessidade de aumentar a racionalidade, a produtividade e a transparência do aparelho municipal.

Assim, são pressupostos básicos do setor público:

-  Os programas de treinamento e aperfeiçoamento para o servidor;
-  A valorização da categoria com base no sistema de mérito;
-  A implantação de um Plano de Cargos e Salário;
-  A modernização do atendimento ao público;
-  A transparência dos seus atos;
-  O fortalecimento dos processos decisórios com os instrumentos da democracia participativa;
-  A realização de uma gestão integrada e eficiente para a sustentabilidade; e
-  A realização de uma gestão não-segregacionista e mais inclusiva.

A valorização do servidor público é fundamental para o sucesso da administração, por consequência, considera-se de suma importância o estudo e rápida implantação do sistema de Gestão por Competência e de um Plano de Cargos e Salários – reivindicação histórica do funcionalismo municipal e necessidade mais que sentida da administração pública.

Deste modo, é intenção declarada garantir a formação continuada de todos os servidores e a implantação do Plano de Cargos e Salários objetivando a valorização da categoria com base no sistema de mérito. A ideia é possibilitar mediante cursos internos a progressão horizontal, entendida como a

possibilidade de o servidor passar de um nível a outro em sua carreira, sem bloqueios conflitantes.

A partir do momento em que o servidor saiba que tem uma carreira com remuneração digna, cuja progressão dependa unicamente do seu esforço, sem apadrinhamento e privilégios, ele se tornará mais dedicado e mais confiante.

Um amplo esforço de informatização do serviço público será essencial para aumentar a velocidade dos processos administrativos, melhorar a qualidade das decisões e torna-los transparentes. Nada mais natural que cada uma das Secretarias programe informatizar-se, não só internamente, como na prestação dos serviços à população e na apresentação de suas contas. Tais programas setoriais serão concebidos como um processo integrado que conduzam a montagem de redes interligadas, com alto nível tecnológico, evitando redundâncias e incompatibilidades e possibilitando o controle social.

Uma administração transparente permite a participação do cidadão na gestão e no controle da administração pública e, para que essa expectativa se torne realidade, é essencial que ele tenha capacidade de conhecer e compreender as informações divulgadas. A participação social consiste, portanto, em canais institucionais de participação na gestão governamental, com a presença de novos sujeitos coletivos nos processos decisórios.

O acesso da sociedade a informações referentes à administração das receitas públicas permite que se verifique se os recursos estão sendo utilizados adequadamente, atendendo aos interesses coletivos. Para facilitar esse acesso serão criados o diário oficial municipal em meio eletrônico, as páginas da transparência de todos os órgãos da administração direta e indireta e o portal da transparência da Prefeitura de Arapiraca, com o objetivo de estabelecer um nível de controle social capaz de impedir ações corruptas.

4. O SETOR SOCIAL

Neste capítulo serão abordados, de forma sucinta, os aspectos dos setores da infraestrutura social - da Educação, Saneamento Básico, Saúde, Assistência Social, Esporte e Lazer e Segurança Pública – definindo-se os lineamentos estratégicos mais significativos de cada um deles.

4.1 Educação

Em Arapiraca, o sistema educacional reflete, claramente, os principais problemas econômicos e sociais ligados por um lado, a concentração urbana e por outro a acentuada dispersão da população rural, como são visualizadas nos dados de matrícula, evasão e retenção escolar e nas taxas de analfabetismo.

São prioridades do Novo Governo no setor da Educação:

-  Recuperação e expansão da rede física de ensino, com ênfase nas escolas de tempo integral;
-  Valorização dos trabalhadores da Educação;
-  Aumento do número de Creches;
-  Garantia e melhoria da Merenda Escolar;
-  Promoção da Educação Ambiental;
-  Ações educativas de combate a todo tipo de discriminação;
-  Aumento da oferta do ensino profissionalizante; e
-  Fortalecimento do controle social, estruturando o conselho Municipal de Educação e respeitando suas decisões

A estratégia para o setor educacional apresenta como síntese o compromisso de valorizar a escola pública, considerada como patrimônio da sociedade e instituição indispensável à formação do cidadão. Na tarefa de construir uma escola pública comprometida com as reivindicações da população nela ingressa, inclui, prioritariamente, a meta de restaurar a confiança na capacidade potencial do sistema público de desenvolver um ensino democrático, não só do ponto de vista do acesso e da permanência do aluno na escola, com

efetiva aprendizagem, como também, do ponto de vista da gestão da própria instituição escolar; e da garantia da liberdade de expressão.

A formação continuada dos trabalhadores da Educação seguirá o modelo proposto para todos os servidores públicos municipais, guardando cada categoria suas especificidades. A Educação básica possui o seu índice – IDEB - e para alcançar a meta proposta é preciso um esforço conjunto e a construção de parcerias. O novo governo reconhece o importante papel das universidades públicas presentes no município e com elas pretende estabelecer convênios para melhorar os níveis educacionais e de gestão de Arapiraca.

Além do aperfeiçoamento profissional, outra grande preocupação neste setor é a questão salarial dos professores municipais que, ao longo dos anos, vem gerando terríveis sequelas sobre o quadro docente - a começar pela tentativa de recompor seus níveis de renda - assumindo carga horária excessiva ou através do exercício de atividades no setor informal da Economia (o que gera desestímulo, desgaste e uma consequente queda na qualidade de ensino).

É indispensável assegurar os direitos adquiridos pelos professores da rede; mas também, é necessário que se caminhe no sentido de garantir, de acordo com as possibilidades e recursos disponíveis, o máximo de equilíbrio salarial.

No tocante à expansão e melhoria da rede física, o que se pretende é garantir o direito da população de acesso ao ensino. Assim, é imprescindível um amplo programa de recuperação das escolas municipais, que, em sua maioria, encontram-se desaparelhadas e em precárias condições, e a transformação delas em escolas de tempo integral. Adicionalmente, a construção de novas salas de aula é de extrema importância para o aumento da oferta de vagas no sistema escolar de Arapiraca. Em suma o que se pretende neste segmento é uma educação inclusiva, comprometida com as futuras gerações, e uma escola que não expulse o aluno que mal acabou de receber.

O Novo Governo dentro do seu programa de melhoria de vida dos arapiraquenses, entende que a preocupação com os cidadãos deve começar na mais tenra idade. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação que estabelecem a educação como um

direito de toda criança, pretende também ampliar o número de creches em Arapiraca.

Na primeira fase de desenvolvimento, do zero a três anos, as crianças devem ser atendidas por estas instituições que fazem parte de percurso educativo, mas que devem se orientar, fundamentalmente, pelos eixos: brincadeiras e interações. Nesse sentido é preciso a oferta de espaços adequados ao exercício de atividades diversificadas, que favoreçam as interações interpessoais e o jogo infantil, e de profissionais qualificados, capazes de conduzi-las.

Em relação a oferta de merenda, defende-se que existe uma relação positiva entre a qualidade da comida oferecida e a permanência do aluno na escola. Assim, pretende-se que os produtos à disposição dos estudantes nas escolas municipais de Arapiraca, além do valor nutricional, respeitem os hábitos da comunidade. Isso impõe a descentralização dos processos de aquisição dos alimentos, que ficará sob a responsabilidade de cada unidade educacional, e deverá, sempre que possível, ocorrer na própria comunidade.

Por fim, é fartamente sabido que grande parte da legião de desempregados ou subempregados deve-se ao fato de os mesmos não possuírem habilitação útil, ficando à margem da economia e, portanto, mais vulneráveis às dificuldades conjunturais não-controláveis. Assim, será dado ênfase especial ao ensino profissionalizante, de forma a incorporar o máximo de pessoas ao sistema produtivo, gerando, conseqüentemente, a melhoria da renda e do emprego. Serão cursos de formação de mãos de obra especializadas de acordo com a necessidade do desenvolvimento da economia local, realizados em parceria com instituições habilitadas para isso, como Instituto Federal de Alagoas; permitindo, também, que novas pessoas habilitadas implantem ou incrementem seus próprios negócios.

4.2 Saúde

Os índices de mortalidade e morbidade da população traduzem a realidade da situação do município, onde ao mesmo tempo e no mesmo lugar se convive com a pobreza e a falta de saneamento básico. Tal situação se agrava nos bairros mais populosos, onde a maioria dos residentes se encontra em risco social, sendo grande parte atendida pelos programas de transferências de rendas executados pelo poder público.

A cidade embora apresente mais da metade de sua população em idade economicamente ativa, esta população se caracteriza sobretudo pelo baixo nível de escolaridade e de ocupação formal, alto índice de vulnerabilidade social e de dependência do estado. Cenário que favorece o aumento da gravidez não-desejada, em especial em mulheres jovens sem parceiro; da dependência de substâncias psicoativas; de indivíduos acometidos por doenças nervosas, hipertensão arterial e diabetes.

Somadas a isso a desnutrição e a ausência de saneamento se apresentam como causas importantes da mortalidade na primeira infância, notadamente na periferia de Arapiraca e na zona rural da região. As crianças de 0 a 4 anos desta área morrem principalmente de afecções originadas no período perinatal, as doenças infecciosas do aparelho respiratório, como pneumonia; e gastrointestinal, principalmente diarreia, e outras doenças evitáveis por vacinas.

A cidade de Arapiraca sem ter resolvido problemas de saúde antigos, passou a conviver com problemas gerados pela urbanização acelerada e os novos hábitos de consumo. Os acidentes de trânsito e a violência têm determinado um importante impacto na saúde. Tal impacto impõe aperfeiçoamento do sistema de informações de mortalidade e morbidade por causas externas, para subsidiar políticas públicas preventivas e a melhoria dos atendimentos às vítimas, compromisso do Novo Governo.

Esses problemas certamente requerem do Município investimentos na reestruturação/readequação da rede física, instalações e equipamentos, e ainda mudanças significativas nos padrões de assistência e recomposição da capacidade funcional do sistema, fortemente dependentes de investimentos em recursos humanos e tecnológicos.

Considerando esta realidade, o enfoque neste segmento será dado:

-  Ao Programa de Saúde Materno-infantil;
-  Ao Programa de Saúde da Mulher;
-  Ao Programa de Assistência ao Idoso e ao Deficiente;
-  À Promoção da saúde, com ênfase nos acidentes de trânsito, no uso de drogas e doenças sexualmente transmitidas;
-  Ao aumento da Cobertura Vacinal;
-  À garantia da acessibilidade com segurança e autonomia nos espaços, nos mobiliários e nos equipamentos urbanos, gerando menor risco de acidentes;
-  À garantia e melhoria do acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção básica e da atenção especializada;
-  À formação e capacitação dos facilitadores e agentes de saúde nos temas de sexualidades, deficiência, direitos sexuais, saúde sexual e reprodutiva, prevenção de DST e HIV/AIDS em segmentos sociais vulneráveis;
-  O aumento da participação da população em geral na prática da atividade física voltada para a saúde e qualidade de vida, observando-se todas as faixas etárias e gêneros;
-  À elaboração e implementação do plano de gerenciamento de resíduo sólidos da saúde;
-  Ao fortalecimento do controle social, estruturando o conselho Municipal de Saúde e respeitando suas decisões.

O suporte para a realização destes objetivos está centrado na recuperação, ampliação e reaparelhamento da rede física. Adicionalmente, prevê-se uma progressiva melhoria nas condições de trabalho dos servidores da saúde e, consensualmente, o aumento do fator de resolubilidade através de um planejamento estratégico situacional com foco nos objetivos da comunidade local.

Como se sabe, o segmento da saúde adequado compreende três níveis: o Nível Básico, dos postos de saúde e das unidades mistas (onde podem ser resolvidos cerca de 85% dos casos); o Nível Secundário, dos hospitais

policlínicos ou materno-infantis, para as internações e intervenções cirúrgicas; e o Nível Terciário, dos hospitais especializados.

O que se pretende é, através de uma boa gestão dos recursos, melhorar a assistência local no primeiro nível de atendimento ampliando para 100% a cobertura da atenção básica; garantindo medicamentos e insumos; ampliando a cobertura vacinal; assegurando exames recomendados pelo Ministério da Saúde; reconhecendo o direito da população a uma vida saudável.

A equipes de saúde da família, estruturadas prioritariamente nas áreas de risco do município, terá o desafio de trabalhar o território e domicílio, mas ao mesmo tempo dar uma resposta eficaz à demanda não programada que recorre à Unidade de Saúde, incluindo a população não vinculada às ESF, a qual deve ter a mesma qualidade da assistência.

No segundo nível, o Novo Governo assume o compromisso de ampliar significativamente o serviço hospitalar de urgência; de construir Unidade de Pronto Atendimento; melhorar os atendimentos das maternidades conveniadas, garantindo um serviço de qualidade na saúde materno-infantil; e qualificar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, todos direcionados aos quadros clínicos e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica demanda a disponibilidade de profissionais especializados, e a utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e tratamento.

Tornar Arapiraca referência em várias especialidades, principalmente no que se refere às doenças cardiovasculares e traumatismos, e qualificar os serviços já existentes dando um rápido encaminhamento às situações próprias do Terceiro Nível, atende à demanda, antiga e atual, da sociedade e demonstra a disposição do Novo Governo de romper com o baixo padrão de atendimento à saúde dos arapiraquenses.

Mas isto só será possível: primeiro, com a reorganização do atual sistema (que é marcado pelas dificuldades institucionais e de infraestrutura) e segundo, pela identificação clara do perfil orgânico assistencial de cada unidade pública, somado as outras medidas anteriormente apontadas.

Por último propõe-se manter e qualificar a assistência odontológica integral, tanto curativa como preventiva, utilizando a filosofia dos programas incrementais já comprovados como de grande eficiência, no Brasil e em outros países.

4.3 Assistência Social

A família é o espaço privilegiado onde aprendemos a viver e conviver. No Brasil, é considerada base da sociedade e possui direito a proteção estatal.

Tendo como família todo espaço constituído por pessoas que se empenham umas com as outras de modo contínuo, estável e não casual; o Novo Governo de Arapiraca executará uma política de assistência social, tendo como centro a família. A Assistência Social além da transferência de renda, funcionará como vetor de articulação das outras políticas sociais, particularmente a da saúde, educação, emprego e habitação.

Consciente que a articulação entre os órgãos públicos é insuficiente para a criação de uma rede de proteção capaz de atender a realidade local, estabelecerá com a sociedade parcerias necessárias à execução de um plano de assistência social que priorize ações promotoras da mobilidade social.

Para isso implementará e manterá atualizado o Sistema de Informações da Assistência Social, e com bases nos índices sociais, buscará

-  Estruturar, ampliar e qualificar sua rede socioassistencial;
-  Estabelecer convênios com organizações da sociedade civil, ampliando a rede de atendimento socioassistencial do município;
-  Implantar programa de inserção das pessoas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família para o mundo do trabalho e do empreendedorismo;
-  Ampliar a qualificação profissional dos adolescentes na modalidade aprendiz;
-  Estimular a economia solidária com a formação de cooperativas;
-  Reordenar o fluxo de atendimento das políticas sociais com os sistemas de justiça e segurança pública;

-  Qualificar os atendimentos às mulheres que sofrem violência doméstica;
-  Criar espaço de permanente articulação com os demais órgãos do poder público;
-  Ampliar a oferta da Carteira Nacional de Habilitação; e
-  Garantir as condições para o exercício efetivo do controle social.

4.4 Segurança Pública

Em razão do sobressalto em que vive a população de Arapiraca com o avanço da criminalidade e da violência, um dos justos reclamos da comunidade é a melhoria dos padrões de segurança pública.

Os níveis internacionais de segurança indicam a necessidade de um policial para 300 habitantes. O nosso município está muito aquém destes índices.

A Polícia Militar, braço visível do poder público destinado à prevenção da criminalidade, não possui efetivo suficiente, nem recursos materiais para proporcionar os níveis de segurança cumulativa desejáveis.

Uma das providências do Novo Governo será a criação da Guarda Municipal que terá o objetivo primordial de colaborar para a manutenção da ordem pública, contenção do avanço da criminalidade, sobretudo no entorno das escolas públicas, proteção do patrimônio e na contenção de situações de violência à segmentos sociais vulneráveis.

A população reclama respostas imediatas para os problemas envolvendo sua segurança. Assim, a Guarda Municipal será o novo segmento fardado destinado a colaborar com o policiamento ostensivo em áreas específicas, atuando exclusivamente no campo das ações preventivas do combate a criminalidade. Cabendo o policiamento repressivo – a atuação após o ato criminosos – à Polícia Militar e Civil, exceto nos casos flagrantes.

A Guarda Municipal atuará também na criação de bolsões de segurança, contribuindo na manutenção da ordem pública e também na garantia do direito da população de viver em condições de segurança e tranquilidade.

Considerada a natureza da sua missão, a obtenção de sua eficiência operacional será atingida pelas ações planejadas, articuladas com outras forças legais e desenvolvidas por profissionais qualificados, treinados em modernas técnicas de trabalho, motivados e dotados de valores morais que ensejem o cumprimento eficaz de suas funções.

4.5 Esporte e Lazer

As novas concepções de vida do mundo moderno e a evolução da sociedade incluem entre suas preocupações, o esporte e o lazer.

No passado as atividades de esporte e lazer eram consideradas institucionalmente questões de importância menor. A sociedade percebeu e vem se conscientizando que essas atividades têm papéis mais abrangentes, de relevante utilidade para a população, por suas indiscutíveis influências e reflexos nos campos da saúde, da educação, do trabalho e principalmente nos problemas sociais.

Isso faz com que se tenha uma perspectiva de participação ampla, não apenas como aprimoramento físico mas, sobretudo, como instrumento cultural e associativo.

À luz da realidade, o Novo Governo pretende fomentar e estender as programações esportivas e recreativas às parcelas da população que sempre foram negligenciadas, buscando, não propriamente a formação de campeões, mas a socialização participativa dos cidadãos.

Assim, são propostas metas que preveem o desenvolvimento de ações com crianças e jovens, com mulheres, utilizando o esporte como catalizador de aspectos relacionados com a educação, saúde e trabalho, com deficientes

físicos, visando um processo de superação de barreiras sociais e físicos-estruturais.

Para o atendimento a essas metas, serão iniciadas a recuperação e conservação das áreas de lazer existentes e procedido o levantamento das áreas utilizáveis para o desenvolvimento de práticas esportivas e recreativas, notadamente, em locais carentes, com o uso desses espaços para os fins a que são destinados.

Torna-se necessária a promoção de encontros esportivos, a dinamização do esporte amador nas diversas modalidades, o estímulo às equipes existentes e a formação de novos grupos, com a implantação de núcleos de treinamento para iniciação esportiva, em diversas localidades.

O esporte e lazer como fatores de melhoria da qualidade de vida, prevenção ao uso abusivo do álcool e das drogas, valorização do cidadão e contribuição para a saúde física e psicológica são direitos inalienáveis da comunidade.

5.1 O combate à miséria e ao Desemprego

Um dos maiores reclamos da população arapiraquense é o de uma ação conjunta do Governo para a redução dos níveis de desemprego e da miséria que afetam duramente toda a população.

As análises econômicas são unânimes na constatação da perda relativa da renda interna bruta do Município. As maiores perdas ocorrem na agricultura notadamente no cultivo do fumo, que teve, anteriormente, grande expressão na dinâmica econômica da região.

As perdas continuam e em todos os setores agravando ainda mais as dificuldades da população. O Novo Governo pretende identificar as principais condicionantes deste processo destrutivo, a fim de criar condições objetivas que possam inicialmente estanca-lo e posteriormente reverte-lo.

Desta forma, o enfoque principal do Setor Produtivo será voltado para:

-  A criação de vantagens econômicas comparativas a fim de atrair investimentos privados e públicos;
-  Total e irrestrito apoio a implantação e o incremento dos 'pequenos negócios' e das Micro e Pequenas Empresas;
-  Revitalização do setor agrícola; e
-  Incorporação crescente do maior número de pessoas ao processo produtivo,

Adicionalmente, é compromisso do Novo Governo, atuar de forma política abrangente para enfrentar as questões econômicas do Município, associada também a um posicionamento de reivindicações permanente e ostensivo junto aos Governos Federal e Estadual. Este é um dos elementos fundamentais na plataforma política do Candidato.

Consequentemente, a pretendida reversão da crise em que se encontra o Município, será obtida também em torno de objetivos bem definidos e fixados de acordo com os interesses de Arapiraca, legitimados numa postura reivindicatória oriunda de alianças interativas entre os diversos grupos sociais interessados.

Será explorada, com muito equilíbrio, a lógica das vantagens comparativas, associada a uma sistemática de permanente discussão com as diversas lideranças econômicas setoriais, na busca de novas oportunidades de investimentos e na criação de mecanismos institucionais para viabilizar sua consecução.

Estes são alguns dos procedimentos que o Novo Governo pretende implantar na disputa por recursos governamentais e privados que contribuam para a redução do desemprego e da pobreza do Município.

5.2 Agricultura

A região de Arapiraca foi, durante muitos anos, emblemática na exploração bem-sucedida da pequena propriedade rural. Isto ocorreu no auge do cultivo do fumo. Hoje, constata-se, com pesar, a redução da contribuição do setor agrícola na renda bruta do Município.

A falta de uma política agrícola clara e estável por parte do Governo, o desmantelamento dos órgãos de assistência técnica e de pesquisa agropecuária contribuem para o agravamento do problema agrícola.

Mesmo não sendo tradicionalmente própria a intervenção municipal neste segmento, mas dada a importância que este setor traduz para a região, o Novo Governo promoverá ações integradas com os Governos Federal e Estadual e ainda instituições bancárias para a retomada e ampliação progressiva das atividades de apoio à produção e comercialização dos produtos agropecuários.

Este apoio significa, especificamente, a mobilização da assistência técnica e extensão rural, pesquisa e experimentação agropecuária, insumos modernos, mecanização agrícola, armazenamento e créditos facilitados para a

produção e comercialização com garantias reais de preços mínimos. Por fim, o apoio ao associativismo e cooperativismo na Região.

Com o objetivo de:

-  Aumentar a produção e a produtividade, o crescimento do valor agregado e a diversificação dos produtos agrícolas;
-  Aumentar a oferta de alimentos e seu barateamento de preço ao consumidor final;
-  Aumentar a renda do produtor rural e reduzir os fluxos migratórios potenciais;
-  Implantar novos modelos agrícola de produção sustentável; e
-  Desenvolver saneamento ambiental na zona rural.

Será dada prioridade ao pequeno e médio produtor rural mobilizando-se, de forma integrada, os diferentes instrumentos de política com o intuito de alavancar o volume e o valor da produção.

Além do firme propósito de apoiar as culturas tradicionais da região, como a produção de alimentos, pretende-se, também, promover a diversificação da produção agrícola. Será dada uma particular atenção à fruticultura e horticultura, visando aumentar a participação do município no mercado consumidor regional.

Os diagnósticos e experiências comprovam a boa potencialidade da Região para a produção frutícola, especialmente o cultivo da manga, abacaxi, acerola, pinha, maracujá, alface, couve, berinjela entre outras. Assim a diversificação, apoiada pelo Novo Governo, proporcionará ao agricultor uma maior segurança e maiores rendas, graças ao alto valor comercial destes produtos.

5.3 Indústria, Comércio e Turismo

É também compromisso do Novo Governo a promoção industrial, que será direcionada para a atração de novos projetos para o Município e novos investimentos na periferia da Cidade.

Através de uma estrutura ágil e funcional, buscar-se-á identificar novas oportunidades de investimentos e ‘preparar terreno’ para projetos industriais e comerciais que expressem práticas e estímulos à proteção ambiental, de diferentes portes, para que em Arapiraca encontrem uma localização adequada e no Governo Municipal o apoio necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

Será dada uma ênfase particular ao apoio na implantação e no incremento dos ‘pequenos negócios’. Estes empreendimentos privados constituem, hoje, a base social do sistema produtivo arapiraquense, tanto pelo número de estabelecimentos, como pelo percentual de mão-de-obra que empregam. Elas terão apoio gerencial, fiscal, tecnológico e comercial.

Pretende-se, de forma objetiva, promover a atividade comercial tornando-a mais dinâmica e permitindo que a riqueza gerada na região tenha uma maior circulação local entre os agentes econômicos, beneficiando, assim, a população como um todo.

Uma das medidas de destacada importância neste setor será a construção de um amplo e moderno Mercado Municipal – aliás, um dos pertinentes reclamos da população.

O Mercado será dotado de instalações interativas de estocagem, circulação, venda de produtos, insumos e serviços, de forma a permitir um conforto ambiental para os usuários e adequadas condições sanitárias para os alimentos ali comercializados.

Outra frente de ação do Novo Governo será aquela relativa ao Turismo.

Incluída pela Empresa Alagoana de Turismo – Ematur no rol dos municípios turísticos do Estado de Alagoas, Arapiraca ainda não despertou para as vantagens de ordem econômico-financeira que poderão advir de uma hábil gestão do Turismo.

A ‘Casa da Cultura’ também poderá ser convertida em grande polo de atração turística, em sendo dotada de um bom acervo de obras de muitos (alguns já famosos) artistas plásticos e artesãos de Arapiraca. Seriam mantidas mostras

permanentes, montadas com rigores museotécnicos e realizadas exposições temporárias. Tudo bem divulgado através da mídia.

O Novo Governo, portanto, tudo fará na esfera administrativa e da criação de infraestrutura para atrair os turistas à 'Terra do Fumo'. Sobretudo, desencadeará uma intensa campanha de marketing através da mídia e com o apoio das entidades ligadas ao turismo nas esferas estadual e federal.

Com o Novo Governo, Arapiraca será sinônimo de Turismo bem organizado e bem divulgado junto aos polos emissores.

6. DESENVOLVIMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

6.1 Desenvolvimento Urbano

Historicamente, a cidade de Arapiraca gira em torno de 'centro'. Ali se tem concentrado, desde sua fundação, todos os tipos de atividades: Econômica, Administrativa, Cultural e a de Serviços.

O crescimento e expansão física urbana marcam mais intensamente a função residencial. É natural e sistemática a emigração das famílias de maiores ingressos do centro para a periferia, porém é mantida e tornada mais vigorosa no centro as outras atividades.

Como fruto deste esquema, manifestam-se as irracionalidades, desarmonias, ineficiências, altas concentrações, congestionamentos de trânsito e deterioração da cidade. Todo mundo tem que ir ao 'centro', uma vez que a periferia se encontra desprovida de serviços comerciais, administrativos, culturais e recreativos. Em síntese esta é a radiografia de nossa cidade,

Este enfoque centrípeto, de pressão radial a partir da periferia para o núcleo é agravado pela falta de acordo de desenvolvimento urbano.

Para enfrentar este desafio, o Novo Governo pretende implantar uma política de desenvolvimento urbano, que compatibilize a ocupação do solo com diretrizes asseguradoras do desenvolvimento sustentável, cujo principal instrumento será o Plano Diretor. Este será atualizado com vistas a descarregar e aliviar o centro da cidade de sua responsabilidade excessivamente nuclear, mediante a distribuição mais harmônica dos serviços na geografia urbana.

O Plano Diretor deverá orientar e regular o desenvolvimento, crescimento e expansão do tecido urbano e o uso do solo. A população será a referência fundamental para o dimensionamento tendencial abarcado das necessidades sociais que se pretende atender através do referido Plano.

6.2 Saneamento Básico

Como Saneamento Básico entende-se, neste Plano, as ações de Abastecimento D'água, Esgotamento Sanitário, Coleta de Lixo e Drenagem Urbana. O município de Arapiraca apresenta situação crítica referente a estes serviços, devendo buscar auxílio do setor privado para efetivar a concretização do saneamento no município, tal como preconizado pelo marco legal do Saneamento Básico (Lei n. 14.026 / 2020).

O volume d'água aduzida para a Cidade é insuficiente para as necessidades da população. Além da falta de novos investimentos estaduais e federais e o crescimento da população, as perdas em marcha do Sistema e o uso abusivo agravam ainda mais o problema da demanda reprimida.

O crescimento das áreas de abrangência do sistema de abastecimento de água em consequência da própria expansão urbana (notadamente na periferia) tem provocado o desbalanceamento das vasões aduzidas, tornando necessários o aumento da oferta de água tratada e a setorização macroespacial de sua distribuição.

O abastecimento d'água e o sistema de esgoto no perímetro urbano na Cidade são responsabilidade operacional do Estado através da CASAL e de empresa terceirizada. Entretanto, o Novo Governo não ficará alheio a este problema que afeta duramente a população.

A ampliação da rede de abastecimento de água, da rede de coleta de esgotos e do aumento do volume de dejetos tratados antes de seu lançamento nos cursos de água são fundamentais para a criação de ambientes saudáveis.

O Novo Governo tem compromisso com o futuro, assim pretende sensibilizar as autoridades dos Governos Federal e Estadual para a mobilização dos recursos necessários às obras de saneamento, da melhoria operacional dos sistemas implantados e a implantação de novos sistemas.

Neste aspecto são prioritários:



Ampliação e manutenção da rede de distribuição de água;

-  Retomada e conclusão da obra de saneamento;
-  Manutenção e expansão do sistema de drenagem de água pluviais;
-  Elaborar e executar um novo plano de varrição e coleta de resíduos sólidos domiciliares;
-  Elaborar e executar um novo plano de gerenciamento de resíduos sólidos;
-  A implantação de sistemas singelos de abastecimento d'água, na periferia e na zona rural; e
-  Fortalecer o Conselho Municipal do Meio Ambiente.

São necessárias, portanto, obras, reforma e reaparelhamento para o atendimento a crescente demanda por serviços de água, esgoto, coleta de lixo e drenagem. Para as ações de saneamento de responsabilidade de outras esferas administrativas, prevê-se uma competente articulação técnica e política com as autoridades diretamente responsáveis. Para as atividades de competência do Município os enfoques serão a melhoria de vida de todos os arapiraquenses, sobretudo os que habitam na periferia; e a modernização e transparência na gestão pública.

6.3 Recuperação da malha viária

Os aspectos relacionados com a infraestrutura de apoio a produção e bem-estar da população serão objetos de atenção da nova administração. Neste aspecto, a recuperação e ampliação da malha viária, urbana e rural, terão tratamento particular como enfocado a seguir.

A malha viária urbana do Município apresenta sérios problemas de pavimento deteriorado, drenagem deficiente e sinalização insuficiente, agravados pela falta de conservação e manutenção preventiva. Os principais corredores de transporte da área central estão com suas capacidades de tráfegos saturadas e a velocidade média de tráfego (VMT) é bastante reduzida nos horários de picos.

O transporte coletivo e o individual são as únicas modalidades do transporte pendular de passageiros e do acesso aos bairros. Assim, é fundamental que os corredores viários e as vias alimentadoras estejam em boas condições de escoamento e que facilitem os deslocamentos da população.

Para enfrentar os graves problemas do setor, o Novo Governo pretende atuar de forma planejada e sistemática no sentido de permitir um melhor desempenho operacional da árvore viária perimetral, principalmente os anéis, corredores e as alimentadoras da área central, inclusive os arruamentos dos bairros.

A programação de melhorias físicas será iniciada por um trabalho emergencial visando corrigir, imediatamente, os problemas de revestimento do pavimento de toda a malha. Serão intensificados logo a seguir os trabalhos de restauração e melhoramento de toda malha.

Será promovida, ainda dentro da programação global, a expansão de rede viária urbana e rural com a pavimentação e drenagem de diversas ruas que ainda não foram beneficiadas com estes serviços e ficam intransitáveis nas épocas invernosas.

A cidade de Arapiraca ainda sofre com a poluição provocada pelo lançamento do esgoto doméstico a céu aberto na periferia e nos bairros mais pobres. Este fato é agravado pela falta de drenagem das águas pluviais. Isso traz como consequência o aumento da ocorrência de doenças e a proliferação de vetores de passagens.

As ações propostas pelo Novo Governo no campo do saneamento visam reduzir consideravelmente este problema ambiental que afeta sobremaneira as populações mais carentes.

Todas as impedências ambientais serão tratadas técnica e politicamente dentro da realidade do nosso Município. Será necessário compatibilizar o desenvolvimento com a preservação dos ecossistemas. Neste aspecto, a nova administração estará empenhada em estimular a implantação de novos empreendimentos no Município, porém recusará a instalação de fábricas poluidoras, as que degradem o meio ambiente e as que possam produzir

7. MEIO AMBIENTE

desastres tecnológicos, pondo em risco a segurança e o bem-estar da população.

A nova gestão de Arapiraca, organizar-se-á em programas relacionados ao enfrentamento dos principais desafios da gestão ambiental do município, sejam eles relacionados aos riscos mais prováveis, bem como ao aproveitamento das potencialidades sócio-econômicas e ambientais, enquanto oportunidades para se promover o desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, o Plano de Governo contempla programas que garantam a coordenação das ações e recursos necessários para a observação das prioridades e o alcance dos objetivos propostos, articulando-se, para tanto e sempre que possível, com os programas federais e estaduais de recuperação, proteção e preservação ambiental, de modo a permitir a sinergia das ações e a otimização dos recursos.

Todas as impedâncias ambientais serão tratadas técnica e politicamente dentro da realidade do nosso Município, assim:

-  Pensará a cidade de forma integrada, conectando os serviços de água, esgoto, lixo, arborização e conforto ambiental em uma só direção;
-  Adotará uma política inovadora de gestão de resíduos fundamentada na educação pelo consumo consciente que integre a proteção da saúde individual e pública e a qualidade ambiental,;
-  Melhorará a distribuição e o abastecimento de água na cidade;
-  Ampliará a arborização das ruas da cidade, especialmente nas áreas mais desprovidas;
-  Implantará a cobrança diferenciada de IPTU para quem adotar práticas sustentáveis como acessibilidade nas calçadas, plantio e conservação de arbusto, energia solar, uso e reúso das águas, entre outras; e

8. ARTICULAÇÃO COM O ESTADO, UNIÃO E ORGANISMOS INTERNACIONAIS



Reverá os procedimentos na administração municipal visando eliminar desperdícios em todos os setores e dar exemplo de redução de consumo e reaproveitamento de materiais.

Objetiva-se, neste setor, um melhor tratamento dos assuntos de interesse Municipal através da articulação política e técnica que dinamizem e intensifiquem as relações entre os níveis de governo.

Será dada uma atenção especial à identificação de recursos existentes para a realização de programas e projetos, bem como, ao acompanhamento dos procedimentos administrativos para a sua obtenção.

No âmbito da Cooperação Internacional, o intuito é desenvolver o intercâmbio com organizações estrangeiras e internacionais buscando o apoio para o desenvolvimento e aprimoramento educacional, científico, tecnológico e cultural.